



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

26/05/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Vale-gás entra na pauta

Inflação alta coloca novos itens nas pautas de reivindicações. Algumas categorias já pleiteiam pagamento de abono, fornecimento de vale-gás e aumento nos itens da cesta básica.

A informação é de Miguel Torres, presidente da Força Sindical. A direção nacional da Central se reuniu segunda-feira, 23, analisou com o Dieese a conjuntura nacional e orientou que os filiados acrescentem tais itens às suas pautas, em especial o vale-gás, visto que o botijão de 13 quilos já compromete 10% do salário mínimo vigente (R\$ 1.212,00).

“Os Sindicatos buscam meios de enfrentar a alta no custo de vida. Também orientamos que sejam intensificadas as negociações de Participação nos Lucros e/ou Resultados. Mas esses encaminhamentos dependem de cada entidade”, comenta o dirigente. Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 26 de maio.

Câmara aprova MP que define salário mínimo em R\$ 1.212

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (24) a Medida Provisória 1091/21, que instituiu o valor de R\$ 1.212 para o salário mínimo em 2022. A matéria segue para análise do Senado.

O novo valor considera a correção monetária pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) de janeiro a novembro de 2021 e a projeção de inflação de dezembro de 2021, estimada pela área técnica do Ministério da Economia. O valor diário do salário mínimo corresponde a R\$ 40,40, e o valor horário, a R\$ 5,51.

No total, o aumento será de 10,18% em relação ao valor anterior, que era R\$ 1.100. Os estados também podem ter salários mínimos locais e pisos salariais por categoria maiores do que o valor fixado pelo governo federal, desde que não sejam inferiores ao valor do piso nacional.

A relatora, deputada Greyce Elias (Avante-MG), recomendou a rejeição de todas as 11 emendas propostas na Câmara e manteve integralmente o texto editado pelo Poder Executivo em janeiro deste ano.

“A estimativa é que cada real de aumento no salário mínimo gera um incremento direto, em 2022, de apenas R\$ 15 milhões na arrecadação previdenciária, conforme o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO)”, afirmou a deputada.

O novo mínimo altera o valor de cálculo de benefícios previdenciários, sociais e trabalhistas. No caso das aposentadorias e pensões por morte ou auxílio-doença, os valores deverão ser atualizados com base no novo mínimo. O mesmo vale para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que corresponde a um salário mínimo e é pago a idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda. Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 26 de maio.

Fome dobra no Brasil em 7 anos e afeta mais as crianças

A insegurança alimentar no Brasil atingiu patamar recorde no final de 2021 e superou, pela primeira vez, a média global. Ela afeta mais mulheres, famílias pobres e pessoas entre 30 e 49 anos, grupos que geralmente têm mais filhos —comprometendo a atual geração de crianças brasileiras.

Segundo pesquisa global Gallup realizada desde 2006 em cerca de 160 países, a taxa de insegurança alimentar na população brasileira dobrou a partir de 2014, ano em que a economia entrou em recessão no governo Dilma Rousseff (2011-2016), e tem registrado crescimento medíocre desde então.

Entre os 20% mais pobres brasileiros, 75% responderam afirmativamente se havia faltado dinheiro para a compra de alimentos nos últimos 12 meses. Entre as mulheres, a taxa chegou a 47%; e a 45% para as pessoas com idades entre 30 e 49 anos —percentuais acima da média global.

“A insegurança alimentar mais elevada nesses segmentos tem efeitos de longo prazo preocupantes por causa do maior número de crianças envolvidas e da desnutrição entre elas”, afirma Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 26 de maio.

Câmara aprova limite de ICMS sobre energia, mas estados planejam barrar texto no Senado e até no STF

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (25) o projeto que limita o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre energia e combustíveis. Além disso, o Congresso inseriu no texto uma nova tentativa de fixar a tributação sobre o diesel.

O texto-base do projeto foi aprovado por 403 a 10. Os deputados rejeitaram sugestões para modificar a proposta —que, agora, segue para o Senado. Os estados, no entanto, reagem ao texto e já falam em barrar a proposta na Casa vizinha ou até no STF (Supremo Tribunal Federal).

O projeto faz parte de uma ofensiva do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para tentar reduzir o preço da energia no país, em meio à preocupação de aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) com o impacto da inflação sobre as eleições.

O texto aprovado nesta quarta-feira classifica combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo como bens e serviços essenciais. Com isso, valeria entendimento do STF que limita a incidência do imposto a a esses itens a uma faixa de 17% a 18%.

A proposta final da Câmara passou a prever uma compensação a estados em caso de perda de arrecadação. Para entes endividados, a União deduzirá do valor das parcelas dos contratos de dívidas as perdas de arrecadação superiores a 5% em relação a 2021. A dedução vai até 31 de dezembro de 2022 ou até a dívida acabar.

Estados em regime de recuperação fiscal terão as perdas com arrecadação compensadas integralmente. Estados sem dívida ficam sem compensação.

O projeto prevê a possibilidade de compensação também a municípios. "De ontem [terça, 24] para cá, houve a procura muito grande de diversos deputados e prefeitos, associações de prefeitos, no sentido de que a gente pudesse também estender essa trava aos municípios, haja visto que 25% da receita com ICMS é compartilhada com esses municípios", afirmou o relator do texto, Elmar Nascimento (União Brasil-BA). "E nós estamos estendendo essa garantia também aos municípios."

"Tais valores representam patamares mínimos, aos quais podem ser acrescidos outros fatores que os tornem mais graves, caso sejam consideradas a repercussão do congelamento ou limites ainda mais elevados no preço dos combustíveis."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 26 de maio.

Guedes afirma que só é possível reajuste de 5% a funcionários públicos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comentou na manhã desta quarta-feira que há espaço limitado para dar reajuste de salário ao funcionalismo público federal, mas não há como repor perdas passadas por causa da inflação.

"A inflação acumulada neste ano é de 5% até agora. É possível repor o funcionalismo deste ano? Sim, é possível, até 5% dá", disse a jornalistas após um café no Fórum Econômico Mundial em que debateu o comércio da América Latina com a Ásia e o Pacífico.

"Você pode até dar alguma coisa, mas esquece o que ficou para trás", disse Guedes, argumentando que na Alemanha, nos Estados Unidos, perdas salariais aconteceram, assim como em outras categorias no Brasil. "Todo mundo perdeu no mundo inteiro."

"É por lei, em ano eleitoral você só pode dar até a inflação e linear. O presidente gostaria de dar aumento aos policiais, mas não pode, é visto como aliciamento", afirmou o ministro. Jair Bolsonaro já chegou a defender aumento de 20% para os policiais e segue defendendo reajuste maior para a categoria.

O argumento de Guedes é que aumentos muito altos vão piorar a situação fiscal do Brasil, fazendo as contas voltarem à situação de antes. "Pela primeira vez em 15 anos zeramos o déficit em todos os níveis da federação. Estamos numa situação ímpar." No primeiro trimestre, o governo teve superávit primário e, em Davos, o ministro tem passado a mensagem que a consolidação fiscal continua no Brasil.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 25 de maio.